

AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2010 NO BRASIL¹

Permitam-se iniciar assentando que, na recente visita do Presidente Barack Obama ao Brasil, foi assinado um memorando de entendimento entre os EUA e nosso país, este representado pela Presidente Dilma Rousseff, dele constando, como um dos itens, que ambos os países:

“Concordaram em cooperar na promoção da democracia, dos direitos humanos e da liberdade para todos os povos, bilateralmente e por meio das Nações Unidas e de outros foros multilaterais, (...) inclusive por meio da promoção dos direitos humanos no contexto de eleições e do aumento da acessibilidade para indivíduos portadores de necessidades especiais.”

Dito isso, observo que o Brasil, ao tornar-se independente de Portugal, em 1822, adotou a Monarquia como forma de governo, constituindo-se em um Estado unitário. Mas, com a proclamação da República em 1889, transformou-se em um Estado Federal. A opção pela forma federativa de Estado manteve-se até os dias de hoje, significando, do ponto de vista da organização do Judiciário, que temos basicamente uma Justiça local ou comum, organizada pelos Estados-membros, e outra federal, pertencente à União.

Na cúpula do sistema judiciário, temos o Supremo Tribunal Federal, que é ao mesmo tempo uma corte constitucional e um tribunal de apelação de última instância.

A Justiça Eleitoral, por sua vez, foi criada em 1932, como um ramo do Poder Judiciário, incumbida de arregimentar os eleitores, organizar as eleições e apurar os votos, constituindo um dos resultados da Revolução de 1930, que pretendia acabar com os abusos políticos existentes na chamada “República Velha” (1891/1930).

¹ Palestra a ser proferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, magistrado do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, no colóquio *2011 Brasil Estados Unidos da América: Diálogo do Judiciário*, em Washington-DC, no dia 13.05.2011..

Com a criação da Justiça Eleitoral e a promulgação de um Código Eleitoral, introduziu-se no Brasil o voto universal e secreto, o sufrágio feminino e o voto proporcional. Ela funciona basicamente na época das eleições, de dois em dois anos, alternando-se as Eleições Gerais com as Eleições Municipais. Durante as eleições, os juízes locais – da Justiça estadual -, espalhados por todo o País, transformam-se em juízes eleitorais, os quais são auxiliados por mesários, cidadãos convocados para auxiliar na coleta dos votos.

No ápice desse sistema está o Superior Tribunal Eleitoral, que é integrado por três juízes do Supremo Tribunal Federal, dois do Superior Tribunal de Justiça e dois juízes-advogados, indicados pela Suprema Corte e nomeados pelo Presidente da República, todos para um mandato de dois anos, renovável por mais dois anos. Existem ainda 27 Tribunais Regionais Estaduais, integrados por juízes estaduais, federais e advogados, que servem por igual período.

As recentes Eleições Gerais de 2010, que transcorreram em um clima de festa cívica e de congraçamento popular, foram marcadas pela grandiosidade, eficiência, planejamento, segurança e transparência.

No tocante à grandiosidade, cabe ressaltar que, em um país plural e de dimensões continentais como o Brasil, com cerca de 190 milhões de habitantes, estavam aptos a votar quase 136 milhões de eleitores, que escolheram candidatos para seis cargos eletivos: Presidente da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal, dois Senadores, Deputado Federal, Estadual ou Distrital.

Do total de eleitores registrados, 81,88% compareceram para votar, no primeiro turno, e 78,50%, no segundo. Houve, portanto, uma abstenção de 18,12%, no primeiro turno, e de 21,50% no segundo, índices que podem ser considerados razoáveis, considerando-se que o voto, entre nós, embora formalmente obrigatório, na prática, é quase facultativo, pela ausência de sanções rigorosas.

Foram realizadas eleições em 5.567 municípios, 3.024 zonas eleitorais, 94.938 locais de votação e 418.748 seções eleitorais. Nelas concorreram 9 candidatos a

Presidente, 171 a Governador, 276 a Senador, 6.057 a Deputado Federal, 14.418 a Deputado Estadual e 882 a Deputado Distrital, num total de 21.813 participantes.

Já no exterior, votaram cerca de 200 mil eleitores, em 126 cidades de 86 países. E, em decorrência de inovações da Lei 12.034/2009, o País contou com 172 seções eleitorais para o voto em trânsito nas Capitais dos Estados, às quais compareceram aproximadamente 80 mil eleitores. Ademais, foram preparados 328 locais de votação para presos provisórios e menores infratores, para atender aproximadamente 19 mil eleitores cadastrados.

Para cumprir essa complexa tarefa, a Justiça Eleitoral teve a colaboração de mais ou menos 2 milhões e 200 mil mesários, sendo um quinto deles voluntários. Além disso, contou o intenso trabalho de aproximadamente 3 mil juízes eleitorais e cerca de 25 mil servidores judiciários. Ademais, foram empregadas por volta de 480 mil urnas eletrônicas, das quais pouco mais de 10% foram distribuídas estrategicamente, como reserva técnica, em vários pontos do território nacional para substituição daquelas que apresentassem eventuais falhas. E, de forma, pioneira, aproximadamente 1 milhão e cem mil eleitores foram identificados por meio de dados biométricos, em cerca de 4 mil seções eleitorais de 60 municípios pertencentes a 23 Estados. Esse número deverá ser ampliado para 10 milhões nas Eleições Municipais de 2012, esperando-se que, em 2018, todos os eleitores brasileiros estejam cadastrados dessa forma.

Ao lado dos percalços naturais inerentes à organização de eleições de tal magnitude, nesse pleito, foram identificados mais de 1.200 locais de votação de difícil acesso, espalhados por cerca de 400 municípios de 15 Estados, especialmente aldeamentos indígenas, cujos resultados eleitorais foram transmitidos via satélite, devidamente criptografados.

O custo para a realização das Eleições Gerais de 2010 foi de R\$ 490 milhões (US\$ 284 milhões), que pode ser considerado relativamente baixo, pois, dividindo-se tal quantia pelo número de eleitores, chega-se ao valor de R\$ 3,61 (US\$ 2,09) por eleitor. Essa importância inclui, dentre outros, gastos com pessoal, inclusive com mesários. Compreende ainda propaganda institucional, renovação de equipamentos e o emprego das Forças Armadas.

Quanto à eficiência, anoto que o índice de urnas substituídas, no primeiro turno, foi de 0,71% e, no segundo, correspondeu a 0,40%. Nas seções eleitorais dotadas de urnas biométricas, o índice de reconhecimento dos eleitores, no primeiro turno, correspondeu a 92,6% e a 94,5%, no segundo. Mais um dado: o índice de votação manual, por falha de equipamento, no primeiro turno, foi de apenas 0,004% e, no segundo, de 0,001% .

Outro feito digno de nota: o anúncio pelo Tribunal Superior Eleitoral de que a candidata Dilma Rousseff estava matematicamente eleita foi divulgado às 20h04m do dia 31 de outubro de 2010, com 92,23% das urnas totalizadas, ou seja, 1 hora e 4 minutos após o encerramento das eleições, que se deu às 19 horas, em virtude dos distintos fusos horários do País. E a apuração integral dos votos para Presidente da República foi concluída às 15h24m do dia seguinte, isto é, apenas 22 horas e 24 minutos depois do início da apuração.

No concernente ao planejamento, lembro que a organização das novas eleições começa logo depois do término das anteriores, envolvendo desde negociações com o Executivo e o Legislativo para a obtenção de recursos financeiros, a renovação de equipamentos, o treinamento de pessoal e a elaboração das diretrizes normativas, até a preparação da propaganda institucional para o esclarecimento dos eleitores, além de outras providências. O planejamento, é importante registrar, envolve também contatos com as Forças Armadas, a Polícia Federal e autoridades locais. E para aprender com erros e consolidar acertos, terminadas as eleições, uma das primeiras providências da Justiça Eleitoral é realização de reuniões nacionais e regionais. Dessas reuniões participam juízes e servidores para a avaliação dos pontos positivos e negativos do pleito findo.

As Forças Armadas, no estrito cumprimento de suas funções constitucionais, colaboraram decisivamente com a Justiça Eleitoral para o sucesso do pleito do ano passado, prestando apoio logístico no transporte de pessoas e de materiais para municípios longínquos ou de difícil acesso, atuando em 127 localidades, no primeiro turno, e 117, no segundo. E, autorizadas pelo TSE, as Forças Federais foram chamadas a garantir a ordem, durante a votação e a apuração, em 257 municípios, no primeiro turno, e em 151, no segundo.

Quanto à segurança do sistema, recordo que o TSE realizou um teste público para aferir a possibilidade de penetração nos sistemas eletrônicos e mecânicos das urnas por terceiros não autorizados, que ocorreu ainda em 2009. Investigadores externos testaram a segurança do sistema de votação, acompanhados por observadores internacionais, mas ninguém conseguiu violá-lo. Ademais, nas últimas eleições, visando a garantir uma segurança ainda maior, o TSE empreendeu diversos testes simulados de caráter parcial e três grandes testes de integração do sistema em âmbito nacional.

No tocante à transparência, lembro que, no período de 31 de setembro a 31 de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral veiculou uma campanha pública sobre as Eleições 2010. Ao longo de três meses, a Justiça Eleitoral ocupou 10 minutos diários da programação das emissoras de rádio e televisão para transmitir aos eleitores mensagens de conscientização e orientação, conforme dispõe a Lei 9.504/1997.

A campanha foi divida em 4 fases, contando com 26 filmes para TV, 26 *spots* de rádio e um *jingle* em 5 ritmos distintos. Foram também distribuídas 54 milhões de “colas” (papéis para serem preenchidos com os números dos candidatos) aos eleitores e cerca de 3 milhões de cartazes de esclarecimento. O TSE manteve ainda um *hotsite* na internet, mobiliário urbano e erigiu totens digitais em aeroportos.

O TSE montou também o Centro de Divulgação das Eleições de 2010, que funcionou no período de 30 de setembro a 5 de novembro, o qual foi considerado essencial pelos profissionais de comunicação. O Centro, com uma área construída de cerca de 1.000 metros quadrados, contou com 12 cabines de TV, 18 cabines de rádio, 62 bancadas para a imprensa escrita, *sets* de filmagem, sala de entrevista coletiva e estúdio para a gravação de entrevistas e programas de televisão.

Além disso, Justiça Eleitoral ampliou a sua comunicação com a sociedade. Criou um *site* específico sobre urnas eletrônicas, além de manter um canal do TSE no *Youtube* e no *Twitter* para fins informativos. O *site* da Agência de Notícias do TSE foi acessado por mais de meio milhão de pessoas.

Outra novidade foi a Central do Eleitor, criada em maio de 2010, um canal de comunicação entre o TSE e os cidadãos, que recebeu mais de onze mil consultas, desde a sua criação até o mês de outubro de 2010.

Uma constatação relevante foi a de que a padronização da divulgação de dados e de informações estatísticas contribuiu para conferir maior segurança e agilidade no atendimento de demandas de pesquisadores e profissionais da imprensa.

Com a diplomação dos candidatos eleitos, restou para todos que trabalharam nessas eleições a sensação do dever cumprido. E mais: a satisfação de ver o País completamente pacificado e de volta à normalidade depois de divulgado o resultado das eleições, sem que se registrasse qualquer impugnação às apurações realizadas nas distintas unidades da Federação.

Esse sentimento foi integralmente confirmado por uma pesquisa encomendada ao instituto *Sensus*, logo após o pleito, que apurou que 87% dos eleitores avaliavam positivamente a Justiça Eleitoral e 94,4% aprovavam a utilização da urna eletrônica.